

Recebido em: 22-01-2023

Aceito em: 27-11-2023

Educação Patrimonial em artigos publicados por periódicos: informação bibliométrica e outras descobertas com a Brapci

Marcelo Calderari Miguel¹
Margarete Farias de Moraes²

Resumo: As ferramentas de Educação Patrimonial são criadas para fomentar a discussão sobre patrimônio cultural e sua promoção. Tem instigado diversas comunidades a valorizar as referências memoriais frente à crescente cultura digital. Desta forma, esse estudo objetiva construir uma análise bibliométrica com o tema Educação Patrimonial. Recorre-se ao acervo BRAPCI de publicações periódicas em Ciência da Informação para situar métricas e interfaces dessa temática para a esfera da comunicação científica e política. A metodologia abrange uma análise bibliométrica, de natureza descritiva e situando um recorte temporal de dez anos de publicações indexadas na BRAPCI. Resultado: localizam-se 20 artigos em 15 revistas científicas, e 41 pesquisadores envolvidos. Destaca-se na pesquisa a produtividade e participação feminina – sendo 28 pesquisadoras envolvidas com a temática. Conclusão: averigua-se que a Educação Patrimonial mantém uma pauta embrionária na produção científica da Ciência da Informação e, contudo, o tema evidencia construtos interdisciplinares em torno de arquivos, do ensino de história e das questões de memória social e patrimônio cultural.

Palavras-chave: Brapci. Comunicação Científica. Memórias. Mídia educação. Produção Acadêmica.

1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

A adoção desse padrão de relacionamento no campo dos museus e do patrimônio se move, em geral, pela necessidade de compartilhamento de experiências e recursos. Constitui uma estratégia que não apenas atende ao imperativo da racionalização da gestão, como

¹ Bibliotecário e Arquivologista pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFES) - Linha 2 - Memória, Representação e Informação; Especialista em Educação Científica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq - DGP Reg. Nº: 8448/2017) Tabularium - Políticas de Arquivos: Observatório no Estado do Espírito Santo; desenvolvendo estudos empíricos e teóricos quanto à política, gestão, memória, patrimônio e preservação de documentos arquivísticos no Estado do Espírito Santo, nos variados suportes, nos arquivos públicos e privados. Contato <marcelocalderari@yahoo.com.br>

² Doutora em Educação pela UFES. Mestre em História das Ciências da Saúde pela COC/FIOCRUZ. Bacharel em Arquivologia pela UNIRIO, Licenciatura e Bacharel em História pela UERJ. Estágio pós doutoral pelo Programa de Pós Graduação em Difusão do Conhecimento na UFBA. Atualmente sou professora e pesquisadora do Departamento de Arquivologia da UFES e do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UFES. Posuo experiência em docência e organização de centros de documentação e gestão de documentos e informações em instituições de saúde, com ênfase no planejamento e gestão arquivísticos. Posuo também experiência em docência na área de História, com ênfase em História da Saúde. Tenho como campos de investigação a história, a educação e o gerenciamento de informação na área de saúde. <http://lattes.cnpq.br/6346587909398922> <https://orcid.org/0000-0002-4110-4610>



também confere valores e ressonância aos resultados das ações em rede, em grau superior se comparado à simples somatória de ações isoladas.

A Ciência possui uma característica importante que é a confiabilidade, e os estudos/pesquisas científicas produzem amplo rol de outros documentos em que se divulgar ocorrências e os fluxos informacionais (FI) – isso determinado amplitude ao regime de informação que envolve a comunicação e a divulgação científica. De tal modo, frisa-se que a Ciência da Informação (CI) possui o atributo interdisciplinar, envolvendo primordialmente quatro disciplinas (Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e a Comunicação), isto é, às características essenciais à sua existência (Saracevic, 1996).

Saracevic (1996, p. 41) alega que a CI é conceituada como “um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los [...]”. Nessa via, entende-se que a CI ainda é considerada uma Ciência jovem no Brasil.

Araújo (2018, p.8) relata que a CI que se faz, hoje, é “mais atenta à complexidade dos fenômenos estudados” e se empenha em ver a imbricação entre os documentos, às mediações e os saberes – tal magnitude deslança e corrobora para a vitalidade e o vigor de um campo comprometido com a apreensão dos problemas vivenciados no contemporâneo.

Justifica-se que olhar a questão da Educação Patrimonial (EP) é observar que o assunto busca o situar de uma temática que é incipiente na área biblioteconômica e, nota-se que, a aplicação de métodos e técnicas bibliométricas (metodologias quantitativas) possibilita explorar o percurso e os construtos da comunicação científica. Para Carteri (2004, p. 50) a EP permite à comunidade se (re)apropriar “de objetos, lugares e saberes importantes para o reconhecimento de sua cidadania”. Por conseguinte, se faz, com o feito de destacar alguns aspectos técnicos e científicos que granjeie auxiliar os profissionais, os que atuam nas unidades de informação, quanto o mérito, as possibilidades e os encadeamentos do núcleo temática que envolve a EP.

Diante disso, o estudo aborda as seguintes questões de pesquisa para o âmbito da CI: O termo 'Educação Patrimonial' tem qual período de auge (variação temporal da presença) nas indexações recolhidas na base Brapci? Qual é o período que mais publicaram artigos sobre a esfera temática da EP? Quais os autores mais produtivos sobre EP nas revistas? Quais são os assuntos mais abordados nos artigos científicos?

O objetivo geral consiste em estabelecer indicadores bibliométricos sobre a produção de artigos científicos sobre EP indexados no acervo de periódicos da Brapci. Para atingir esse propósito são necessários os seguintes objetivos específicos: analisar o período em que houve maior produtividade científica, identificar os autores que publicaram mais artigos científicos sobre a temática, identificar a revista científica mais produtiva e identificar os assuntos mais abordados nos artigos científicos sobre a EP.



2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MÚLTIPLES OLHARES

A EP é um conjunto de práticas sociais na dimensão da práxis, como aponta o Guia Básico de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em uso desde o fim dos anos 1990 – nesse material Maria de Lourdes Horta (Museóloga, PhD em Museologia pela Universidade de Leicester, Reino Unido) considera a EP como campo social, e busca levar as crianças, jovens e adultos a um “processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p.4).

Barradas, Freire, Azevedo, Torres e Bibas (2020) expõem a relevância da práxis da EP em bibliotecas, na amplitude que desmistifica ambiências públicas de educação, cultura, lazer, recreação e entretenimento “muitas vezes desconhecidos ou ignorados pela população urbana, além de despertar novas possibilidades de atuação para a Biblioteconomia ao torná-la conhecida pelo cidadão como área de conhecimento, ensino, pesquisa e extensão”. A pesquisa de Barradas, Freire, Azevedo, Torres e Bibas, por exemplo, aponta que a EP nas bibliotecas não está inserida apenas nas ações como “hora do conto, roda de leitura etc. [...] a educação patrimonial em bibliotecas está engendradora não apenas no acervo, mas no espaço físico também” (2020, p. 432).

Costa, Santos e Cutrim (2019, p.87) alegam que a EP “pode ser indicada como mecanismo para a identificação e o reconhecimento dos bens patrimoniais, visando à apropriação dos valores inerentes a estes”. Os pesquisadores apontam que a EP tem se tornado cada vez mais presente nas “instituições do patrimônio, em especial as bibliotecas, arquivos e museus, espaços responsáveis pela guarda e proteção de bens que materializam a história e a memória da sociedade” (Costa; Santos; Cutrim, 2019, p.88). Destarte, a EP é um artefato imprescindível no estreitamento de bens culturais e a reconção identitária da comunidade – assim, depreende que:

[...] a EP como a principal ferramenta de estreitamento entre os bens culturais e o reconhecimento identitário da população, [esbarra] nas dificuldades de efetivação de projetos, ações e atividades que materializem seus efeitos. Tais práticas acompanham a evolução do conceito de patrimônio e reverberam em sua diversidade e interdisciplinaridade, no intuito de dialogar com as necessidades de cada contexto social [...] a prática da Educação Patrimonial e seus inúmeros campos de atuação possíveis, salienta-se a possibilidade de novos estudos que aprofundem outras

dimensões advindas dessa metodologia, sua potencialidade para a democratização dos bens culturais e, em específico às bibliotecas, arquivos e museus, difundir esses espaços como lócus de socialização, preservação do patrimônio, reflexão e reinvenção das dinâmicas dos acervos, para serem reconhecidos como parte fundamental que compõe a memória histórica e cultural de um povo (Costa; Santos; Cutrim, 2019, p. 101).

Spohr, Amado e Garrido (2021, p.107) relatam que é de suma importância “ampliar a acessibilidade da educação patrimonial aos arquivos e de como essa ampliação proporciona um ambiente de maior diversidade entre os alunos”. Entende-se que a EP em arquivos ainda é “pouco difundida nos arquivos brasileiros” – nessa via, os autores arguem que a EP se coloca como “um desafio ainda maior para os acervos brasileiros devido à necessidade de desenvolver uma consciência de valorização, preservação e difusão do conhecimento histórico” (Spohr; Amado; Garrido, 2021, p. 113).

A biblioteca é uma das instituições que possui responsabilidade da EP alertam Chaves e Cavalcante (2020); reforçando e ampliando os lugares/vértices da EP planetária alega-se:

Do ponto de vista da mediação, entende-se que esse mecanismo leva à educação patrimonial mediante o entendimento de como projetos e programas de cunho cultural e educacional que envolve acervos digitais podem contribuir para que indivíduos se tornem público efetivo de museus, bibliotecas e outros cenários de acesso virtual [...] No âmbito da educação patrimonial, o bibliotecário é um dos profissionais que pode protagonizar tais atividades, visto que no âmago da sua práxis está a mediação da informação, da leitura e da cultura. Dessa forma, a educação patrimonial tem uma função importante no desenvolvimento do pensamento e conhecimento crítico [...]. Dessa forma, a educação patrimonial é um caminho para que isso aconteça e a escola, enquanto ambiente educacional e formativo, pode possibilitar essa mediação (Chaves; Cavalcante, 2020, p. 53).

Nessa via, imbuído à nova concepção de um museu social, crítico e inovador avulta-se que a EP (diretriz polissêmica do princípio estético mediado pelo patrimônio cultural) implanta um rol de tecnologias sociais “usadas com o foco principal na sociedade e nas questões ambientais, interdisciplinares e não somente nas coleções em si” (Oliveira; Rosa; Costa, 2022, p. 15). É relevante destacar que:

[...] o mundo e aquilo que valoramos e desvaloramos em termos do que comumente denominamos de patrimônio cultural e/ou bens culturais é o resultado dessas conexões, dessas vivências e experiências individuais e coletivas que, num determinado tempo e espaço, são dotadas de sentido [...] Daí a importância da educação patrimonial para ensinar nossos jovens a ver e perceber o mundo de forma diferenciada. Daí a importância de incluirmos nos currículos escolares a história e tradição das minorias étnico-político-religiosas, como o faz a Lei 10.639/20034. Não menos importante, também, deve ser o incentivo ao turismo patrimonial, pois além do conhecimento, é preciso que o indivíduo reconheça e estabeleça uma relação

dialética com aquilo que é por ele percebido e isso, de certa forma, só é possível a partir da vivência e da experiência, do estar lá [...] (Meirelles; Pedde, 2014, p. 1).

Portanto, segundo as reflexões de Tolentino (2016), Kanitz (2018), Barradas, Freire, Azevedo, Torres e Bibas (2020), Souza e Diniz (2021) e Oliveira, Rosa e Costa (2022), destaca-se não só a relevância de uma abordagem interdisciplinar e democrática na EP, mas também a necessidade dos profissionais em unidades de informação, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação, considerarem a acessibilidade e inclusão de todos os públicos. Certamente, esses aspectos não apenas enriquecem a experiência educativa, mas também democratizam o acesso ao patrimônio cultural, assegurando que ele seja apreciado e compreendido por um amplo espectro de indivíduos por meio da difusão e mediação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente diagnóstico do ponto de vista de seus objetivos se rotula como um estudo descritivo, que essencialmente emprega o método quantitativo, situando ainda um painel estático de indicadores bibliométricos em relação à abordagem do problema, e, se pauta em torno de métricas e leis e bibliométricas – expressão e construtos acerca da produtividade de periódicos (Bradford), produtividade de autores (Lotka) e a frequência de palavras (Zipf).

O estudo descritivo de Gil (2008, p.28) assinala que usualmente é utilizado quando se deseja mapear uma dada realidade e se apoia na “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis [...]”. Nessa via, o universo da pesquisa reúne os artigos científicos indexados nos periódicos científicos que fazem parte da Brapci, contemplando um recorte sobre as duas primeiras décadas do século XXI.

Os estudos bibliométricos ampliam os entendimentos de um determinado assunto, e ajudam a demonstrar os aspectos da produtividade científica, dos autores, instituições e as revistas científicas que são destaques em uma temática, arguem Machado Junior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016). No que se refere à bibliometria (pesquisa recomendada para estudos que se utilizará de quantidade de dados para a extração de informações) é importante frisar que ela se insere na área da CI, e bem aproveitada, têm um enorme potencial para realizar análises sobre a atividade acadêmica (científica ou técnica) por meio de estudos

quantitativos de publicações. Além disso, alegam Santos (2003) e Silveira, Miguel e Lima (2021), os indicadores quantitativos (métricas), além de apoiar a compreensão da dinâmica da Ciência, tecnologia e inovação (CT&I), também funcionam como plataformas para o planejamento de políticas e tomada de decisões em diversos campos³ do Conhecimento.

Machado Junior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016) e Silveira, Miguel e Lima (2021) afirmam que bibliometria envolve a instrumentalização de um estudo quantitativo que objetiva identificar características comuns entre os artigos científicos, ou seja, por meio de algumas leis métricas se analisa alguns construtos estatísticos acerca dos números e evolução de documentos, autoria e periódicos mais produtivos em um campo científico. A escolha da base de dados Brapci se justifica por ser apresentar dados abertos, tendo um acervo bibliográfico especializado em biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas. Também, entende-se, que a EP seja efetivamente internalizada nas entidades formal e não formal de educação.

O procedimento de coleta de dados foi por meio da Base Brapci, por ser a base de dados brasileira de referência para artigos de periódicos em Ciência da Informação. A estratégia de busca utilizou o termo 'EP' no campo título, palavra-chave e resumo, sem data definida. Em relação à análise dos dados situam-se métricas para demonstrar os indicadores tempo (produção anual), periódicos científicos, exposição da autoria e os descritores relacionados à temática. O levantamento ocorreu em 11 de julho de 2022 e, foram excluídos os itens documentais duplicados, os de anais de eventos que não foram publicados em periódicos científicos e as revisões de literatura.

Após a aplicação destes critérios de exclusão, foi possível listar os artigos e seus autores, cujos currículos *Lattes* foram consultados para identificar o gênero⁴ de cada um, quando a plataforma não informava este dado no campo *hasgender*. Foi analisado também o pertencimentos dos autores a grupos de pesquisa e para isso foi consultada o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), usando o mesmo descritor (Educação Patrimonial), aplicado aos campos Nome do grupo, Nome da linha de pesquisa e Palavra-chave da linha de

³ A análise sociológica de Bourdieu (1990) define 'campo' como um espaço estruturado por posições disputadas por agentes que, simultaneamente, produzem e consomem representações sociais. As representações sociais exprimem-se como capital cultural não mais que levam à obtenção de ganhos simbólicos ou materiais nas disputas que caracterizam um determinado campo.

⁴ Essas considerações adicionais podem enriquecer a análise, fornecendo uma visão mais ampla e contextualizada da produção acadêmica na área da Educação Patrimonial dentro da CI, levando em conta não apenas o gênero dos autores, mas também o contexto de produção e colaboração científica.

pesquisa. Após o resultado foram selecionados para análise os grupos pertencentes à área Ciência da Informação.

Para tabulação e sistematização dos dados coletados utilizou-se a *Microsoft Excel* (*Software* do pacote *Office*) e, sendo os dados exportados e organizados em torno de planilha eletrônica (.xls) para se gerar tabelas e gráficos – visando a interpretação dos resultados na aquiesça da Brapci.

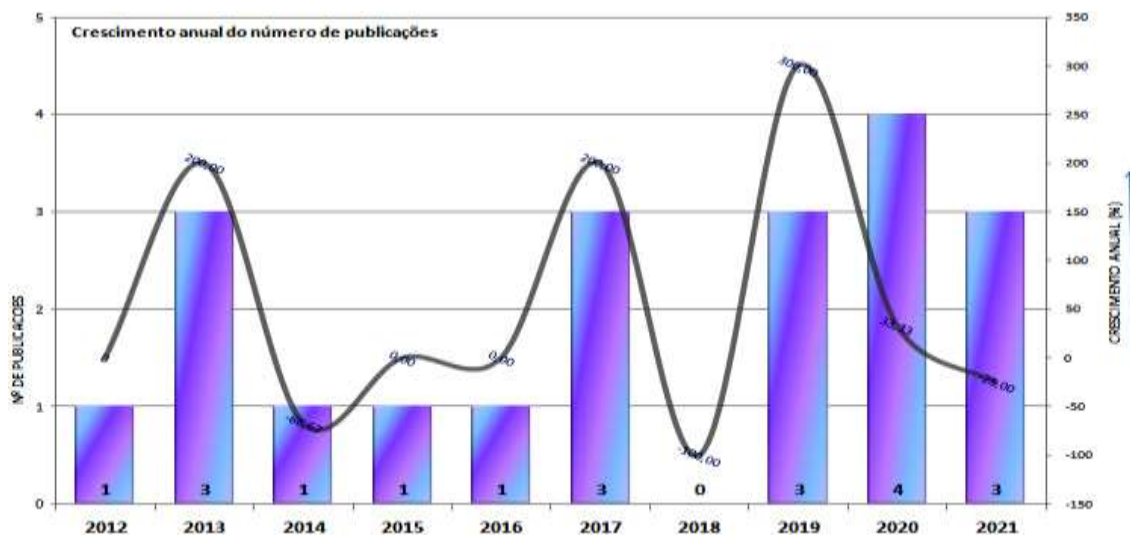
4 EXPOSIÇÕES DOS RESULTADOS

A presente seção expõe construtos métricos sobre a produção científica (artigos de periódicos) sobre a temática EP indexada na Brapci. Frisa-se um diagnóstico apreciando a quantidade de publicações no recorte temporal, a produtividade das revistas científicas, a produtividade dos pesquisadores e a frequência dos descritores.

A busca resultou em 40 documentos. Excluindo itens documentais duplicados, os de anais de eventos que não geraram publicação em periódicos e as revisões de literatura, foram incluídos na análise 20 artigos, resultando em um corte cronológico de 2012 a 2021.

Nota-se que o vocábulo EP surgiu nos meados do século XX, todavia a produtividade científica ainda é reduzida no âmbito da CI, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XXI. Hodiernamente cerca de duas dezenas de artigos posicionam uma gama de provocações atribuídas a EP. A ilustração (Figura 1) apresenta a distribuição dos artigos indexados na Brapci, que depois de aplicados os critérios de exclusão, se configuraram entre 2012 e 2021.

Figura1 - Sondagem métrica anual das publicações científicas



Fonte: dados da pesquisa com base em Brapci – jul. 2022.

Nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016 foi publicado somente um artigo com a temática da EP. Já os anos de 2013, 2017, 2019 e 2021 registram três publicações produzidas e indexadas. O ano 2020 registra o melhor indicador quantitativo dessa sobre a EP, somando quatro itens documentais sobre o tema. Já em 2018 não há publicações indexadas nesse âmbito temático.

A figura 1 situa a produção de artigos científicos e, conseqüentemente, o painel que cinge às perspectivas documentais da segunda década do século XXI mostra que o último triênio conglomerava 50% da produção temática do recorte de dez anos de produção científica. Nota-se que os textos de periódicos da CI, publicados nos últimos três anos (2019 a 2021) centra em abordagem e ações voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural e informacional envolvendo amplamente as esferas de arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação e pesquisa, e assim, a EP avança e assume poliformes articulações no regime de informação que envolve a comunicação e a divulgação científica.

Grosso modo, o perfil e o padrão de crescimento da produção acadêmica que cerca o tema EP situam-se em revistas com vários níveis de qualidade e o alto índice de qualidade é representado por A1 — indicativo mais elevado —, passando por A2, B1, B2, B3, B4, B5, até C. A estratificação Qualis Capes periódicos (parâmetros do quadriênio 2013-2016, área da comunicação e informação) é disponibilizada na Web Plataforma Sucupira – um sistema de coleta de informações, análises e avaliações a serem utilizadas como base padronizadora do

Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira. Na sondagem do levantamento se especifica os periódicos (Tabela 1) a seguir:

Tabela 1. Periódicos indexados que publicaram artigos sobre EP

Revista Científica	ISSN	Classificação	Quant.	Percent.	
Perspectivas em Ciência da Informação	1981-5344	A1	1	5%	15.00%
Transinformação	2318-0889	A1	1	5%	
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e CI	1518-2924	A2	1	5%	
Ciência da Informação	1518-8353	B1	2	10%	50.00%
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBD	1980-6949	B1	1	5%	
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	1981-6278	B1	1	5%	
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	1983-5213	B1	1	5%	
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1414-0594	B2	3	15%	
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	2237-8723	B2	2	10%	
Biblionline	1809-4775	B5	1	5%	15.00%
Informação & Tecnologia - ITEC	2358-3908	B5	1	5%	
Informação Arquivística	2316-7300	B5	1	5%	
Convergência em CI	0010-8162	C	1	5%	20.00%
P2P & Inovação	2358-7814	C	1	5%	
Memória e Informação	2594-7095	-	2	10%	
TOTAL – 15	-	-	20	100%	

Fonte: os autores, dados recuperados na Brapci (2012/2021), jul. 2022.

Nota-se que 15 periódicos (Tabela 1) produziram 20 itens documentais na temática EP. Destacam-se três revistas classificadas no Qualis Capes em A1 e A2, somando três (15,00%) das publicações. Já na classificação B1 e B2 está metade do quantitativo de artigos (10 itens) distribuídos em seis periódicos científicos. Ademais, a valorização da EP faz com que ela se constitua mais facilmente e ao mesmo tempo em que essa produção documental ganha repercussão na sociedade como um todo. Os projetos de EP devem efetivamente ser implementados para que possam cumprir sua função social, posto que os fluxos, as decisões, os mercados, a circulação dos homens, dos capitais, das informações, efetuam-se em escala planetária.

A Revista ACB⁵: Biblioteconomia em Santa Catarina (ISSN 1414-0594, Qualis B2) destaca-se com três (15,00%) publicações. Os textos compreendem a publicitação de 2015 e 2017. O de 2015 trata da educação patrimonial para o acesso à informação em arquivos e museus, e o do ano de 2017, pauta as questões relativas à memória e à história da cidade de Fortaleza (Região Nordeste, Brasil) e os meios de preservação do patrimônio cultural. Ainda há indexado um Relato de Experiência de 2020 que situa um projeto de extensão que busca desmistificar o uso e o acesso às bibliotecas históricas cariocas, conduzindo o cidadão no reconhecer de algumas imponentes bibliotecas, interna e externamente.

Além disso, explorar estudos que enfatizam a relevância da divulgação cultural e educativa através de projetos de extensão, como instrumentos para a democratização do acesso à cultura e à informação, pode fornecer uma base sólida para fortalecer os argumentos apresentados no relato de experiência.

A partir da revisão dos artigos e relato de experiência presentes na Revista ACB, é possível extrair algumas conclusões importantes deste estudo que contribui para o entendimento do EP sustentável a nível mundial:

- **Importância da Educação Patrimonial:** os artigos ressaltam a relevância da EP para o acesso à informação em arquivos, museus e bibliotecas históricas. Destacam como a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural é fundamental para o entendimento, preservação e valorização desse legado.
- **Preservação do Patrimônio Cultural:** os textos abordam a preservação do patrimônio cultural, especialmente em relação à cidade de Fortaleza, evidenciando a necessidade de estratégias e meios para proteger e conservar aspectos históricos, culturais e memoriais de uma localidade.
- **Envolvimento da Comunidade:** a participação e o envolvimento da comunidade são aspectos relevantes na preservação do patrimônio cultural. Destacam-se iniciativas que buscam engajar o público, desmitificar o acesso e promover a valorização de bibliotecas, arquivos históricos, museus e espaços culturais.
- **Ampliação do Conhecimento:** a partir da revisão da literatura, observa-se a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a intersecção entre educação, preservação do

⁵ Em suma, a Revista ACB segue princípios éticos e editoriais – o periódico publica com a regência da Associação Catarinense de Bibliotecários as atividades em prol da representatividade dos profissionais da CI.

patrimônio e participação social, bem como explorar ainda mais os impactos sociais, econômicos e culturais dessas práticas.

- Contribuição para a Área da Biblioteconomia e Ciência da Informação: os trabalhos examinados fornecem contribuições relevantes para a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação ao discutir temas como acesso à informação, preservação patrimonial e disseminação do conhecimento em contextos históricos e culturais.

Outrossim, os artigos e o relato de experiência presentes na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina oferecem valiosos *insights* sobre a importância da EP, preservação do patrimônio cultural e envolvimento da comunidade. Eles também evidenciam a necessidade contínua de pesquisas e ações que promovam a valorização e conservação do patrimônio histórico e cultural para as gerações futuras.

Como decorrência, estudos têm demonstrado que ao se incorporar e defender esses argumentos da EP com base na revisão da literatura especializada, os artigos e relatos de experiência presentes na Revista ACB reforçam o embasamento teórico e contribuem de maneira mais abrangente para o entendimento e avanço dessas esfera temática. Ademais, o termo EP se mantém em pauta nos principais veículos de comunicação, contudo, a Brapci tem cerca de 80 periódicos em vigor e a divulgação/exposição que envolve o descritor EP está indexada em 18,75% dos periódicos (*collections* Brapci). Quanto às autorias, o contabilizar do quadro a seguir, situa o painel analítico de indicadores e da frequência que envolve o construto rede de autoria.

Quadro 1. Características das publicações indexadas na Brapci

Publicações indexadas na Brapci (2012 a 2021) da CI com tema EP		
ARTIGOS: Produção– 20 itens documentais	Autoria única - 1 autor	Um trabalho (15%)
	Duplas - 2 autores	Dez itens (50%)
	Trios - 3 integrantes	Seis itens (30%)
	Quinteto - 5 autores	Um item (15%)
AUTORIA: Pesquisadores/ autores envolvidos	Mulheres	~ 28 autores (73,17%)
	Homens	~ 13 autores (26,83%)
	Notas/observação	Todos os pesquisadores com apenas uma publicação indexada (de 2012 a 2021)

Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa - Brapci, jul. 2022.

Os resultados demonstram que 50% dos trabalhos publicados com a temática EP, no período de 2012 a 2021, são trabalhos de duplas de autores. São seis publicações delineadas



com a autoria de três estudiosos e, com um item documental há um artigo com uma autoria e outra publicação constituída por um grupo de cinco pesquisadores. No que remete ao gênero, averigua-se que são 28 (73,17%) mulheres e 13 (26,83%) homens.

Desta forma, a produção de autores na temática EP não potencializa construtos para se aplicar a Lei Lotka e nesse painel apenas destacam com três publicações (2019, 2021) dois autores que produzem em conjunto, ou seja, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim⁶ (ID Lattes: 4310600393313804) e Maurício José Morais Costa⁷ (ID Lattes: 4462974820369545).

Como diriam Meirelles e Pedde (2014, p. 2) há em uma “analogia bastante simples, o ver nada mais é que aquilo que destacamos na paisagem, ou seja, aquilo que está em foco e que colocamos em evidência em função de nossos interesses subjetivos”. O ver aqui é tudo que focamos ou colocamos em evidência, apontam os pesquisadores, está de acordo com nossos interesses. Embora os autores apresentados focalizem suas análises na noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade, entendemos que tais observações podem, perfeitamente, ser aplicadas também às camadas da EP.

Sendo assim, com a observação direta na plataforma de Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), se recupera o quantitativo de cinco grupos registrados na busca pelo termo ‘EP’ na área da CI e assim.

Quadro 2. Características Grupos de Pesquisa (DGP) envolvida com EP na CI

Grupo de pesquisa	Instituição	Líder(es)	Linha de pesquisa
Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais.	UFMG	Ivana D.Parrela Adriana C. Koyama	Políticas públicas, patrimônio documental e educação.
GEORGEA - Estudos em Organização e Gestão Estratégica de Bibliotecas, da Informação e do Conhecimento.	UNIRIO	Jaqueline S. Barradas Stefanie C. Freire	Educação Patrimonial em Bibliotecas
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental	UFBA	Fabiano C. de Azevedo Mabel M. Mota	Patrimônio Bibliográfico e Documental
Memória Social, Tecnologia e Informação.	UNIRIO	Vera L. D. L. M.Dodebei	Memória e Patrimônio cultural

⁶Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA).

⁷ Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação CI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integra o Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPac).

		Ana A. L. Martins	
Museologia, Patrimônio e Memória	UnB	Ana L. de A. Gomes Maria M. Lopes	Patrimônio, Representação e Identidades.

Fonte: os autores, com base nos dados da pesquisa - DGP, jul. 2022.

Curiosamente, os autores que mais registraram artigos, não constam como membros de grupos de pesquisa listados no Quadro 2. A autora Kláutenys Dellene Guedes Cutrim é líder do grupo de estudo “Grupo de estudo e pesquisa em patrimônio cultural” que possui duas linhas de pesquisa: “Cultura, Política e Identidades: projetos, gestão, análise e avaliação de políticas públicas de cultura” e “Memória, Patrimônio e Turismo”. Já o autor Maurício José Morais Costa é membro do mesmo grupo. O referido grupo não está enquadrado, de acordo com o diretório DGP, na área da Ciência da Informação, mas sim na área de Turismo.

Na sondagem dos descritores mais frequentes, nos artigos analisados, foi possível ressaltar 50 termos representativos do saber interdisciplinar e que envolvem as interfaces da CI e a EP. Os descritores são termos (palavras-chave; *Keywords*) deliberados na estrutura formal da publicitação e que situa tópicos centrais no enredo da comunicação indexada.

No painel de frequência de termos (além da própria EP) verificam-se outros vocábulos adotados como: ‘Arquivos’ em sete artigos; ‘Ensino de História’ e ‘Memória’ em quatro itens documentais; e, ‘Arquivologia’, ‘Biblioteca Pública’, ‘Educação’ e ‘Patrimônio Cultural’ em duas publicações. Em suma, os termos se agrupam em:

Quadro 3. Descritores utilizados nos artigos conforme a indexação na Brapci

Área	Palavras-Chave (Keywords)
Arquivo	Arquivos; Memória; Arquivologia; Patrimônio; Ação Educativa Em Arquivo; Arquivo Histórico; Arquivos Escolares; Arquivo Histórico Municipal De Santa Maria; Conservação Preventiva; Difusão Educativa; Literacia Arquivística; Mediação Arquivística; Patrimônio Documental Arquivístico; Preservação.
Biblioteca	Educação; Ação Educativa; Biblioteca Rio-Grandense; Bibliotecas; Biblioteca Pública Benedito Leite (MA); Biblioteconomia; Bibliotecas Virtuais; Fontes Históricas; Mediação da Informação; Preservação Documental; Informação.
Museu	Ensino de História; Patrimônio Cultural; Acesso à Informação; Museus Virtuais; Cultura; Educação Da Sensibilidade; Estudo De Usuários; História; Comunicação, Museu; Memória; Patrimonialização Digital; Prática de Memória; Projeto de Extensão; Serviços Educativos; Visita Monitorada; Mediação para o Patrimônio.

Sortes

Agendas políticas de patrimonialização cultural; Brasil; Bibliotecas, Arquivos e Museus do Maranhão; Educação em Saúde; História da Saúde; Humanidades Digitais; Jogos Digitais; São Luís – MA; Rio de Janeiro - RJ; Jurema Sagrada (espiritualidade e religiosidade do nordestino).

Fonte: os autores, dados recolhidos na Brapci (2012-2021), jul. 2022.

Destarte, o cenário da CI emite relevância social a temática e os valores tradicionais que envolvem a mediação, o estudo de usuários, a preservação, a conservação e a restauração documental. Para Casco (2013), Silva (2016), Vidal e Paulilo (2020), Rodrigues e Gomes (2021, 2022) e Spohr, Amado e Garrido (2021) os estudos envolvendo a esfera Arquivos e Educação (na construção da memória educativa) engloba oportunidades internas e externas, e, por conseguinte, o desenvolver de atividades na EP em arquivos é um prélio instigante.

Para Chaves e Cavalcante (2020, p.5) além da preservação, há que se conjecturar o pleito referente à EP como item precípuo à “sensibilização do público para conteúdos digitais e o acesso, que leve ao entendimento da dimensão digital patrimonial como bem público e essencial à construção da memória social para as gerações do presente e do futuro”. Assim, ao mesmo tempo, observa-se que essa abordagem expandida da EP não apenas consolida os vínculos entre os membros da sociedade e seu patrimônio, mas também fomenta uma comunidade mais inclusiva e consciente por meio do enriquecido fluxo de informações provenientes da herança histórico-cultural e uma ferramenta educativa conscientizadora.

Nos moldes sugeridos por Lima Filho (2015, p. 144) entende-se que “a operacionalidade da cidadania patrimonial [...] relaciona engajamento com formas temporais: o presente (capacidade de avaliação), o passado (memória) e futuro (projetos)”. Faz-se, ainda, necessário destacar que novas pautas surgem e envolvem a temática em torno de aspectos que envolvem o metaverso, a tecnologia assistiva, a tecnologia social e as novas dinâmicas para se ampliar o conhecimento e a preservação dos acervos documentais por meio de programas de informação e intercâmbio acadêmico internacional.

Outrossim, observa-se também, aponta o trabalho de Gonçalves (2014, p.84), que existem “duas⁸ concepções fundamentais, recorrentes ao se pensar em ‘educação patrimonial’, ‘educação para o patrimônio’, ‘educação com o patrimônio’ ou, de forma mais genérica, ações educativas acerca do patrimônio cultural” Isto é: i) uma delas está ligada à ideia de

⁸ Após explorar essas duas perspectivas, a autora destaca quatro proposições que, em sua visão, são essenciais para orientar ações educativas voltadas ao patrimônio cultural (Gonçalves, 2014). Portanto, isso implica valorizar as diversas áreas que lidam com o patrimônio cultural, reconhecendo-as como fontes de conhecimento e visões complementares sobre o tema.

proteção e preservação desse patrimônio, visando despertar no público-alvo o respeito, interesse e valorização pelos bens culturais; ii) a outra abordagem está associada à valorização e empoderamento de grupos sociais específicos, reconhecendo o patrimônio cultural ligado a esses grupos e incentivando sua participação ativa na definição do que deve ser preservado.

Finalmente, se toda EP é social conforme indica a grande gama dos trabalhos indexados na Brapci, de tal modo, os tratamentos destas práticas de ensino voltados à EP devem, igualmente, convidar a toda a sociedade desde o seu debate até a sua execução. Nessa via, compreende-se que:

[...] repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo (Scifoni, 2015, p. 197).

Longe de pretender esgotar o assunto podemos dizer que no âmbito da Biblioteca Pública – Costa e Cutrim (2021, p.72) – enfocam que a EP se exterioriza nas formas pelas quais os interagentes podem ser enternecidos “culturalmente e, subsequentemente, se engajarem e construir suas relações identitárias com o patrimônio cultural, oferecendo novos princípios incutidos de uma visão sociocultural dos usos, sentidos e significados dos bens patrimoniais na comunidade”.

5 EXPOSIÇÕES FINAIS

O Guia Básico de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o termo ‘educação patrimonial’ foi baseado nas experiências inglesas denominadas *heritage education*, constituindo dos patrimônios (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Ainda são poucos os trabalhos no país, no cenário específico da CI, que exploram e difundem os conhecimentos e percalços envolvidos sobre essa produção científica (produção, consumo e transferência de informação) tão fundamental que é a EP.

A EP apresenta-se em múltiplas esferas promissoras em que os bibliotecários, arquivistas e museólogos podem atuar, sendo que contempla a ótica questionadora “ao

passado para que em seu resgate e compreensão sejam estabelecidos laços de pertinência entre” aquele que ‘vê’ e aquilo que é ‘visto’ como redargui Carteri (2004, p. 34). Ademais, observa-se que na base Brapci não contempla periódicos relevantes para a área do patrimônio cultural, como a própria Sociedade e Cultura (ISSN: 1980-8194), que têm discutido a EP de forma bastante ampla em relação entre as dimensões discursivas e linguísticas, ao encontro da projeção de boas práticas para a sociedade civil, a cidadania e a cultura política.

Nesse contexto, a EP vivencia grandes transformações estruturais (humanizada e humanizadora), posto que no Brasil a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022) estabelece: o patrimônio *latu sensu*, aquele que é suporte para ação, memória e identidade dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Em suma, nesse estudo averigua-se o quantitativo de artigos publicados sobre EP no âmbito da CI – desenhando-se um diagnóstico em torno de 20 artigos indexados na Brapci, 15 periódicos e 41 pesquisadores. Foram identificados 41 pesquisadores no recorte temporal estabelecido, a maior parte da autoria compreende a mulheres (73,17% da autoria, gênero feminino).

Não houve retorno, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o âmbito específico da prática arquivística, contudo existe o Grupo de Pesquisa “Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais” que reúne pesquisadores em Educação e Arquivologia. O grupo atua para se ampliar os projetos entre esses campos de conhecimento, promovendo diversas parcerias e experiências (mediações mais intuitiva sobre a EP) que dialogam em interfaces frente a arquivos e a educação social.

No que tange a rede de autoria, contata-se a participação em duplas em dez itens (50,00%) documentais indexados com recorte temporal de 2012 a 2021. Portanto, reporta-se que a temática tem melhor destaque quantitativo no ano de 2020 – onde sucedem quatro produções diretas da temática, verifica-se também que ocorrem oscilações no ritmo das publicações nos anos anteriores e o ano de 2018 não registra nenhum tipo de publicação para a esfera da EP na CI. Grosso modo, a lei de Lotka não pode ser referenciada, a produtividade apresenta pouca variabilidade e dessa forma se percebe no decorrer de 10 anos um razoável grupo de estudiosos (41 sujeitos), produzindo 20 artigos no âmbito da CI.

Na gama constituinte dos 15 periódicos científicos, a exposição de (quatro itens) em termo quantitativo que situa melhor espaço da temática é a Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina (ISSN 1414-059, Qualis B2) – periódico editado, desde 1996, pela Associação

Catarinense de Bibliotecários (ACB), Signatária 2022 do Movimento Nacional ODS Santa Catarina. As publicações da Revista ACB envolvem trabalhos que cingem as especificidades da Biblioteconomia, CI, Arquivologia, Museologia e Documentação, ou textos que apresentem resultados de estudos e pesquisas inerentes ao movimento associativo (classe bibliotecária), cingindo temas atinentes à problemática da inserção dos cidadãos na sociedade da informação. Assim, a ACB luta direcionada a direitos visando à construção de uma cidadania mais participativa, situa o movimento e peleja de uma classe, protagonista que ambiciona transformar a sociedade (REVISTA ACB, 2022) – não pelo viés de lutar (circulação em instâncias e dinâmicas) mas, por querer humanizar a comunidade.

Nesse panorama, finalizando a análise da temática EP tangencia a busca e sondagem no Painel de DGP – no diretório o descritor EP retorna pelo menos cinco linhas de pesquisas próprias a CI no Brasil, envolvendo Instituições de Ensino Superior (IES) como: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). De tal modo, é essencial buscar compreender as particularidades e expertise de cada campo, permitindo uma visão mais abrangente e integrada na abordagem e preservação do patrimônio cultural e sobre a EP. Nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, as universidades desempenham um papel fundamental ao impulsionar reflexões como essas.

Destarte, a EP encontra reduto promissor para as práticas de mediação em diversas instituições formais e não formais de educação, se destacam, nesse incipiente percurso, que o suporte governamental avança por meio de políticas públicas, incorporando apreensões inerentes a Agenda ONU 2030. Desdobramentos possíveis evidenciam as relações da Memória, Arquivos e o Ensino – aspectos de um horizonte que vai ao encontro dos processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural e outras diretrizes e projeto em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que fortificam a construção da cidadania plena e um território de paz e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *O que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018. Disponível em: https://issuu.com/bibliotecadigital-esramada/docs/o_que__ci_ncia_da_informa__o. Acesso em 03 jun. 2021.

BARRADAS, Jaqueline Santos; FREIRE, Stefanie Cavalcanti; AZEVEDO, Fabiano Cataldo; TORRES, Roberta de Roode; BIBAS, Marli Gaspar. Batendo perna por aí... nas bibliotecas cariocas: promovendo o acesso e conhecimento dos espaços culturais do Rio de Janeiro. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, São José, n. 2, v. 25, p. 448-446, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/143501> . Acesso em: 12-jul.-2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-68.

CARTERI, Karin Kreismann. Educação Patrimonial E Biblioteconomia: Uma Interação Inadiável. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 14, n. 2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/59>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. Sociedade e Educação Patrimonial. *Revista eletrônica do Iphan*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf Acesso em: 13 jul. 2022.

CHAVES, Ítalo Teixeira; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Educação patrimonial, bibliotecas e museus virtuais na escola. *Biblionline*, João Pessoa, n. 1, v. 16, p. 44-54, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148818>. Acesso em: 12-jul.-2022.

COSTA, Mauricio Jose Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Biblioteca Pública, Memória e Educação Patrimonial: a atuação interdisciplinar do bibliotecário e do turismólogo nos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, n. 4, v. 26, p. 65-91, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/169640> . Acesso em: 12-jul.-2022.

COSTA, Mauricio Jose Morais; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Educação patrimonial em bibliotecas, arquivos e museus: ações voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de São Luís-MA. *Convergência em Ciência da Informação*, São Cristovão, n. 3, v. 2, p. 84-103, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/171261> . Acesso em: 12-jul.-2022.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. xvi, 200 p. ISBN 9788522451425 (broch.).

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, Canoas, n. 18, p. 83-97, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>. Acesso em: 14-set.-2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

KANITZ, Heidi Gracielle. Diálogos entre o patrimônio, a educação e o turismo: um estudo sobre o projeto prazer em conhecer, orgulho em preservar. *Turismo: Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 20, n. 2, p. 266-278, 2018. DOI: 10.14210/rtva.v20n2.p266-278. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/13162>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. *Revista AntHropológicas*, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23972>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MACHADO JUNIOR, Celso; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos; PALMISANO, Ângelo. As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. *Revista de Ciências da Administração: RCA*, São José, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p111>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MEIRELLES, Mauro; PEDDE, Valdir. Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 20, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235510/28497>. Acesso em: 5 abr. 2020.

OLIVEIRA, Claudia de Moraes Barros de; ROSA, Thais Felipe; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. A educação museal e os desafios no antropoceno. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 18, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194322>. Acesso em: 12-jul.-2022.

REVISTA ACB: BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA. Florianópolis, Associação Catarinense de Bibliotecários: ACB, 1996 –. ISSN 1414-0594 versão online, [vigente: jul. 2022]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/680>. Acesso em: 13 jul. 2022.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e educação: múltiplas abordagens. *Revista P2p & Inovação*, [S. l.], v. 7, p. 63-87, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157866>. Acesso em: 12-jul.-2022.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Educação Patrimonial E Arquivo Escolar. *Archeion Online*, [S. l.], n. Especial, v. 10, p. 7-30, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194401>. Acesso em: 12-jul.-2022.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Produção científica: por que medir? o que medir?. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p.

22-38, 2003. DOI: 10.20396/rdbci.v1i1.2087. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39961>. Acesso em: 14-jul.-2022.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar. 1996. Disponível em:
https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_7810a51cca_0000015436.pdf. Acesso em: 08 jul. 2022.

SCIFONI, Simone. *Para repensar a Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais*. Cadernos do Seculfor/IPHAN, [S. l.], p. 193206, 2015.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no Brasil. *Educação & Realidade* [online], Porto Alegre, v. 41, n. 2, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/5xJ9jMqNfzFQk4z9PsCBYMd/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVEIRA, Rogério Zanon da; MIGUEL, Marcelo Calderari; LIMA, Jonatan Lappa de. Patentes no âmbito da base de dados da Ciência da Informação: exame bibliométrico da produção científica (2010 a 2020) indexada na Brapci. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, São José, v. 26, n. 2, p. 1-25, set. 2021. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8074733.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SOUZA, Raquel Salazar Ribeiro e; DINIZ, Margareth. Diálogos entre educação, cidade e patrimônio: investigando produções científicas brasileiras. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 7, e6779, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.25053/redufor.v7i1.6779>. Acesso em: 12-out.-2022.

SPOHR, Martina Gonçalves; AMADO, Daniele Chaves; GARRIDO, Ayra Guedes. A Escola no Acervo e os desafios do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC em tempos pandêmicos. *Memória e Informação: Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, p. 101-114, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168953>. Acesso em: 12-jul.-2022.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, pp 38-48.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 29, n. jan/dez, 2020. DOI: 10.29286/rep.v29ijan/dez.9329. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329>. Acesso em: 13 jul. 2

Heritage Education in articles published by journals: bibliographic information and other discoveries with Brapci

Abstract: This Heritage Education tools are created to encourage discussion about cultural heritage and its promotion. It has encouraged several communities to value memorial references in the face of growing digital culture. In this way, this objective study builds a bibliometric analysis with the theme of Heritage Education. The BRAPCI collection of periodical publications in Information Science is used to locate metrics and interfaces on this topic for the sphere of scientific and political communication. The methodology encompasses a bibliometric analysis, of a descriptive nature and covering a ten-year time frame of publications indexed in BRAPCI. Result: 20 articles were found in 15 scientific journals, and 41 researchers were involved. The research highlights female productivity and participation – with 28 researchers involved with the topic. Conclusion: it appears that Heritage Education maintains an embryonic agenda in the scientific production of Information Science and, however, the theme highlights interdisciplinary constructions around archives, the teaching of history and issues of social memory and cultural heritage.

Keywords: Brapci Database. Scientific Communication. Memoirs. Media-education. Academic production.